EMPRESA PÚBLICA — TOMADA DE CONTAS — EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS

— Os servidores de empresas públicas estão isentos da tomada de contas individual, de caráter ordinário; quando, porém, derem causa à perda ou desvio de valores da União ficam sujeitos à tomada de contas especial.

TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO

DECISÃO

PROCESSO TC-42.578/70

Histórico

1. Em 23.11.70, a Delcontas no Estado da Bahia deu ciência a este Tribunal do teor do ofício n.º 10.036, de 30.7.70, da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, pelo qual o Diretor Regional no Estado da Bahia comunicou haver decretado, por 90 dias, nos termos da Portaria n.º 1.023, de 30.7.70, por cópia a fls. 2, a prisão administrativa do Telegrafista nível 12-A, Amaury de São Thiago, por ter se apropriado da importância de Cr\$ 5.940,55, quando no exercício das funções de titular da Agência de Maracás.

2. O referido Diretor Regional declarou cientificar a Delegação deste Tribunal “em observância ao disposto no art. 84, do Decreto-lei n.º 200/67”, estando a portaria, por seu terno, fundamentada no art. 214, da Lei número 1.711, de 1952 — Estatuto dos Funcionários Públicos Cíveis da União.

3. Este Tribunal, por decisão de 4.3.71, acolhendo voto do Relator, Ministro Jurandyr Coelho, resolveu homologar a prisão administrativa e determinar a requisição das contas, na forma do parecer da Douta Procuradoria, ou seja, a instauração da tomada de contas do responsável.

4. Em face do tempo decorrido, sem que houvesse qualquer comunicação a respeito da matéria, a Diretoria, em 30 de julho do corrente ano, reiterou os termos do ofício pelo qual solicitava

as providências da Delegada deste Tribunal no sentido da remessa da tomada de contas do responsável.

5. A Delegação deste Tribunal no Estado da Bahia, pelo ofício de 2 de agosto seguinte, encaminhou, para exame desta Corte, cópia do ofício-circular n.º 14/AUD/DF, de 3 de novembro de 1970 do Auditor-Geral da empresa supramencionada.

6. Naquela Circular, o Sr. Auditor-Geral invoca, entre outras razões, a qualidade de empresa pública com personalidade jurídica de direito privado, o que, segundo entende, exime a entidade da observância às Normas de Administração Financeira e Contabilidade, expostas no título X, do Decreto-lei n.º 200/67, embora esteja sujeita à supervisão ministerial, nos termos dos arts. 26 e 28, do referido Decreto-lei. Recomenda, em consequência, aos Srs. Diretores Regionais que, em casos de irregularidades como as descritas no art. 84, do mesmo diploma legal, seja dispensada a instauração da tomada de contas e o consequente encaminhamento àquela Auditoria, apurando-se as responsabilidades de acordo com as Instruções para Sindicância Sumária e Processo Administrativo baixadas pela Portaria n.º 1.705/69 da Presidência da ECT.

7. A instrução esclarece que o Tribunal vem decidindo em tais casos pela exigência da tomada de contas especial do servidor em alcance, juntando decisões de 20.7.71 e 17.8.71 (fls. 14 e 18), nesse sentido.

8. A Diretoria, ao submeter o processo à consideração superior, manifesta o entendimento de que, sujeitar-se tais entidades de direito privado, criadas pelo Estado, às normas gerais de administração financeira, seria subverter-lhe o determinante da sua criação, opondo-lhes sérios obstáculos operacionais.

Adiante, ressalta que os alcances dos agentes secundários hão de estar necessariamente configurados nas contas gerais e unitárias da empresa. E conclui que, não podendo o administrador daquela entidade prescindir do julgamento da regularidade substancial e formal de suas contas, feito por esta Corte, terá a sua exação administrativa examinada nessa oportunidade, inclusive, em relação à medida que houver adotado para regularização dos alcances verificados.

9. A Douta Procuradoria, em substancioso parecer, às fls. 71 e 78, ressalta que:

a) as empresas públicas, ao contrário do que ocorre com as autarquias, não estão subordinadas a *todas* as regras constitucionais de controle da Administração Direta, ante o que preceitua o § 5.º do art. 70, da Constituição da República Federativa do Brasil, com a redação dada pela Emenda n.º 1, de 17 de outubro de 1969:

b) as empresas públicas estão sujeitas ao controle externo, que, por imperativo constitucional (art. 70, § 1.º), incumbe a este Egrégio Tribunal, de vez que o patrimônio dessas entidades é caracteristicamente *público*, delas não podendo participar recursos de particulares;

c) por compreensão extensiva, as normas de Administração Financeira e de Contabilidade inseridas no Título X do citado Decreto-lei n.º 200, de igual modo deixam de se impor às empresas públicas, que tão-somente estão adstritas à prestação de contas *anual* da gestão;

d) o controle diuturno das empre-

sas públicas há de se processar mediante a sistemática inaugurada com o advento da Reforma Administrativa, nos termos da supervisão ministerial disciplina no Título IV do citado Decreto-lei n.º 200, a cujas normas não podem esquivar-se quaisquer órgãos da Administração Federal;

e) o patrimônio público que está em questão, reclama o controle estatal das empresas públicas; mas, esse controle há de se processar consoante as características peculiares a estas últimas, nunca perdendo de vista a sua estrutura de direito privado. Tal controle exerce-se, pois, fundamentalmente sobre a figura do Administrador, respondendo, outrossim, perante ele, as pessoas que integram o complexo administrativo que dirige;

f) a matéria já foi objeto de implícita deliberação desta Corte, quando, no decisório de 7 de abril de 1970 (proc. TC-33.256/68), o Plenário acolheu, *nesta parte*, as conclusões do elucidativo parecer emitido pelo ilustre Procurador, Dr. Luiz Octavio Gallotti, que defendeu, então, a forma *anual* de prestação de contas da gestão das empresas públicas.

10. Opina, finalmente, o ilustre representante do Ministério Público junto a este Tribunal no sentido do reexame da v. decisão de fls. 5, de modo a adequá-la ao resolvido em 7 de abril de 1970, devendo, em consequência, ser ordenado o arquivamento dos autos em apreço e comunicando o resolvido ao órgão interessado.

Considerações

1. É entendimento pacífico nesta Corte de Contas que às empresas públicas não se aplicam as normas gerais inseridas no Título X do Decreto-lei n.º 200/67, pois que a prestação de contas da gestão destas se processa segundo a forma gestão anual.

2. Igualmente, não há controvérsia quanto a que o controle dessas empre-

sas se processa mediante supervisão ministerial, segundo o estabelecido no Título IV, do referido Decreto-lei, que visa a assegurar, dentre outros objetivos, a autonomia administrativa, operacional e financeira da entidade.

3. Entretanto, é fora de dúvida que estão as empresas públicas obrigadas a observar os princípios fundamentais que regem as atividades da Administração Federal, da qual fazem parte, ante o disposto nos arts. 4.º e 25, inciso III, do referido Decreto-lei n.º 200, de 1967.

4. E, vale ressaltar, o princípio do controle deverá ser exercido em todos os níveis e em todos os órgãos, compreendendo a aplicação dos dinheiros públicos e a guarda dos bens da União pelos órgãos próprios do sistema de contabilidade e auditoria (art. 13, lei citada).

5. Não se pode, ainda, olvidar que o Decreto-lei n.º 199/67 ao fixar a competência e jurisdição desta Corte de Contas determina:

“Art. 31. Compete ao Tribunal de Contas:

I — Exercer as funções de auditoria financeira e orçamentária da Administração Federal.

Art. 34. Estão sujeitas à tomada de contas e só por ato do Tribunal de Contas podem ser liberados de sua responsabilidade:

I —

II —

III — todos os servidores públicos civis e militares ou qualquer pessoa ou entidade estipendiadas pelos cofres públicos ou não, que derem causa a perda, subtração, extravio ou estrago de valores, bens e material da União, ou pelos quais seja responsável (grifos nossos).

Art. 40. O Tribunal de Contas:

I —

II —

III — ordenará a prisão dos respon-

sáveis que, com alcance julgado em decisão definitiva do Tribunal, ou intimados para dizerem sobre o alcance verificado em processo corrente de tomada de contas, procurarem ausentarse furtivamente, ou abandonarem a função, o emprego, comissão ou serviço, de que se acharem encarregados. Essa prisão não poderá exceder de três meses. Findo esse prazo, os documentos que serviram de base à decretação da medida coercitiva, serão remetidos ao Procurador-Geral da República, para a instauração do respectivo processo criminal. Essa competência, conferida ao Tribunal, não prejudica a do Governo e seus agentes, na forma da legislação em vigor, para ordenar imediatamente a detenção provisória do responsável alcançado, até que o Tribunal delibere sobre esta, sempre que assim o exigir a segurança da Fazenda Nacional;”

Conclusões

1. Os servidores secundários responsáveis pela realização de despesas e pela arrecadação ou guarda de bens e valores das empresas públicas estão isentos da tomada de contas individual, de caráter ordinário, em face do regime especial a que estão subordinadas essas entidades, qual seja, o da prestação de suas contas gerais e unitárias, feita anualmente perante este Tribunal.

II. Quando, entretanto, tais servidores derem causa à perda, subtração, extravio ou estrago de valores, bens e material da União, ou pelos quais seja responsáveis, estarão sujeitos à tomada de contas especial, por força do disposto no art. 34, inciso III e art. 40, inciso I, do Decreto-lei n.º 199/67.

III. Entendimento em contrário a este último, implicaria em inquirir de ilegalidade a prisão administrativa dos servidores de empresas públicas subordinadas ao regime estatutário, como é o caso do funcionário de que trata o

presente processo. Com efeito, os dispositivos legais que autorizam aquela medida coercitiva impem à autoridade que a ordenar o dever de providenciar, com urgência, a instauração da tomada de contas especial (§ 1.º do rat. 214 da Lei n.º 1.711, de 1952, e art. 40, III, do Decreto-lei n.º 199/67). E o exame da legalidade dessa tomada de contas cabe, exclusivamente, ao Tribunal de Contas, uma vez que, conforme já vimos, qualquer pessoa que incorrer em alcance ou outra falta grave análoga contra a Fazenda Nacional, só por ato desta Corte de Contas pode ser liberado de sua responsabilidade (art. 34, III, do Decreto-lei n.º 199, de 1967).

VOTO

Voto, pois, no sentido de ser reiterada a requisição das contas, fixando-se o prazo de 30 dias para a sua remessa à Delegação deste Tribunal.

T.C.U., Gabinete, em 7 de dezembro de 1971. *Mauro Renault Leite*, Ministro-Relator.

ANEXO VII À ATA N.º 88/77

Parecer do representante do Ministério Público junto ao Tribunal, a que se referiu o Relator, Ministro Mauro R. Leite, na Sessão Ordinária realizada em 7 de dezembro de 1971, ao examinar o Tribunal o processo sob n.º 42.578/70, originado do ato de prisão administrativa de responsável secundário da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos no Estado da Bahia (prisão ordenada pela Portaria n.º 1.023, de 30 de julho de 1970, do Delegado Regional, e homologada pelo Tribunal, no Sessão de 4 de março de 1971, tendo sido requisitada a tomada de contas especial, na forma do art. 40 n.º III, do Decreto-lei n.º 199, de 25 de fevereiro de 1967, combinado com o § 1.º do art. 214, da Lei n.º 1.711, de 28 de outubro de 1952, e com o art. 84,

do Decreto-lei n.º 200, de 25 de fevereiro de 1967).

Parecer

Ao ser comunicada a decretação de prisão administrativa de responsável secundário da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, no Estado da Bahia, resolveu o Egrégio Tribunal (fls. 5) homologar aquele ato, determinando, ainda, a requisição da respectiva tomada de contas especial.

As fls. 13 consta Circular da Auditoria-Geral da referida empresa, datada de 3 de novembro de 1970, dispensando as Diretorias Regionais da observância do disposto no art. 84, do Decreto-lei n.º 200, de 25 de fevereiro de 1967.

Foi juntada aos autos cópia do voto vitorioso proferido, na Sessão de 17 de agosto último (Proc. TC-26.354 e 26.355/71), pelo eminente Ministro Mauro Renault Leite, Relator de matéria de natureza idêntica à da espécie dos autos. Nessa oportunidade, invocando disposição de sua Lei Orgânica (art. 34, item III), resolveu o Egrégio Tribunal avocar a competência para apreciação de processos da índole do presente.

Promoveu-se, também, a juntada de cópia (fls. 16-7) do voto prolatado pelo eminente Ministro-Substituto Carlindo Hungueney, Relator de matéria análoga, constante dos procs. TC-21.368 de 1971, e 24.498/71, decidida na Sessão de 22 de julho do corrente ano (cfr. Ata n.º 51/71, in D.O. de 2 de setembro de 1971).

II. A questão de primordial interesse que se coloca no presente processo, diz respeito, por conseguinte, à competência do Colendo Tribunal para apreciar as contas de *responsáveis secundários das empresas públicas*.

Permitimo-nos aduzir algumas considerações ao bem lançado parecer do digno titular da 6.ª Diretoria, com vistas ao reexame que pedimos vênha para

sugerir, no tocante ao entendimento mantido por este Tribunal nos julgados a que acima nos reportamos.

III. Não está em discussão a competência da Colenda Corte para examinar e julgar a regularidade das contas dos Administradores das *empresas públicas*.

Com efeito, em Sessão de 7 de abril de 1970 (cfr. Ata n.º 19/70, publicada no *Diário Oficial* de 6 de maio seguinte, TC-33.256/68), ficou assente que as referidas entidades, na forma por que são conceituadas no art. 6.º n.º II, do Decreto-lei n.º 200, estão *sempre* sujeitas à prestação de contas des ua gestão perante o Tribunal.

Naquela assentada, esta Procuradoria, através de exaustivo pronunciamento de seu Douto Titular, Dr. Luiz Octavio Gallotti, deixou bem evidenciados dois pontos de imediato interesse para o desate da questão, cujo reexame ora se provoca:

1. as empresas públicas, ao contrário do que ocorre com as autarquias, não estão subordinadas a *todas* as regras constitucionais de controle da Administração Direta, ante o que preceitua o § 5.º do art. 70, da Constituição da República Federativa do Brasil, com a redação dada pela Emenda n.º 1, de 17 de outubro de 1969;

2. as empresas públicas estão sujeitas ao controle externo, que, por imperativo constitucional (art. 70, § 1.º), incumbe a este Egrégio Tribunal, de vez que o patrimônio dessas entidades é caracteristicamente *público*, delas não podendo participar recursos de particulares.

IV. As empresas públicas distinguem-se das autarquias sob mais de um prisma, tanto na esfera legislativa quanto no campo doutrinário.

A Reforma Administrativa, para cuja implantação foram traçadas diretrizes no mencionado Decreto-lei número 200, define *autarquia* como

“serviço autônomo, criado por lei, com personalidade jurídica, patrimônio

e receita próprios, para executar atividades típicas da Administração Pública, que requeiram, para seu melhor funcionamento, gestão administrativa e financeira descentralizada” (item I, art. 5.º),

designando como *empresa pública*

“a entidade dotada de personalidade jurídica de direito privado, com patrimônio próprio e capital exclusivo da União, criada por lei para a exploração de atividades econômicas que o Governo seja levado a exercer por força de contingência ou de conveniência administrativa, podendo revestir-se de qualquer das formas admitidas em direito” (item II do citado art. 5.º, com a redação dada pelo art. 1.º, do Decreto-lei n.º 900/69).

A Constituição Federal, como já tivemos ensejo de assinalar, mostrou-se sensível a essa discriminação, ao excluir, no aludido § 5.º do art. 70, da incidência genérica das normas de fiscalização financeira e orçamentária, as empresas públicas, restringindo a área de aplicação daqueles preceitos, na sua globalidade, às autarquias.

Por compreensão extensiva, as normas de Administração Financeira e de Contabilidade inseridas no Título X, do citado Decreto-lei n.º 200, de igual modo deixam de se impor às empresas públicas, que tão-somente estão adstritas à prestação de contas *anual* da gestão.

O controle diuturno das empresas públicas há de se processar mediante a sistemática inaugurada com o advento da Reforma Administrativa, nos termos da supervisão ministerial disciplinada no Título IV, do citado Decreto-lei n.º 200, a cujas normas não podem esquivar-se quaisquer órgãos da Administração Federal.

Entendimento diverso, *data venia*, teria o condão de desfigurar a estrutura definidora da empresa pública.

Eis o resultado a que nos propomos, aqui, demonstrar.

V. A complexidade da questão é

ressaltada em mais de um trabalho doutrinário que se ocupa dessa tema. E o seu deslinde depende de serem adequadamente deduzidos os seus pressupostos. Torna-se, então, a *matéria de direito* esmaecida de equívocos, na proporção em que se aproxima da exata compreensão do regime jurídico peculiar a essas novas sociedades, auxiliares do Estado na realização de sua multifária atribuição administrativa.

Daí a advertência de Alfredo de Almeida Paiva, in "As Sociedades de Economia Mista e as Empresas Públicas como Instrumentos Jurídicos a Serviço do Estado":

"À medida que tais sociedades se afastem das *normas* e da *técnica* das empresas privadas, despindo-se de suas características de *independência de ação e conseqüente liberdade administrativa*, deixarão de ser os instrumentos simples, flexíveis e eificientes e correrão, por conseguinte, o risco de falharem às suas finalidades" (R.D.A., vol. 60, p. 15. Os grifos são nossos).

Realmente, não há que ignorar constituírem as empresas públicas conquista recente do direito brasileiro, na tentativa de se ver conciliada a maleabilidade técnica de operação da empresa privada com o emprego dos recursos públicos, visando ao mais acelerado desenvolvimento nacional.

Ao revés do que acontece com as autarquias, que, por sua natureza jurídico-econômica, reclamam o tratamento que lhes é dispensado na legislação pertinente, as empresas públicas, por sua índole específica, espelham a incoercível necessidade de tornar mais fecunda a intervenção estatal em setores do serviço pública que oferecem cunho industrial e comercial.

Oportuno se torna, aqui, recorrer à lição de Francesco Vito, emérito Professor da Universidade Católica de Milão, Itália, que define a empresa pública como

"o organismo operando no plano econômico para o empreendimento de ta-

refas de interesse geral, gozando de autonomia de direção que lhe permite: *agir como empresa privada*" (in "Controle da Empresa Pública", R.D.A., vol. 60, p. 415. Grifos nossos).

Entendemos, com o ilustre autor, que não se pode esquecer que a empresa pública foi criada justamente para prover as deficiências da gestão direta, em atividades que normalmente são da competência privada. No olvido dessa perspectiva, subtrairemos em muito de sua eficácia a novel instituição, mutilando-a nas finalidades para as quais foi criada.

Eis porque se mostrou a nosso ver, de louvável clarividência o legislador pátrio, ao fazer refugir o controle dessas entidades ao paradigma que prevalece para as autarquias.

Não propugnamos, evidentemente, a fuga do controle. Não há mesmo como prescindir tais entidades da salutar fiscalização, que a própria lei se incumbiu de prescrever. O que sustentamos, com apoio em autores de tomo, é que há de se observar, na espécie, um controle *sui generis*, em que se compatibilize o regime de direção da empresa privada com as regras de fiscalização financeira, que tutelam os interesses do Estado.

Nunca é demais insistir: a empresa pública deve operar com a flexibilidade de organismo econômico concebido nos moldes de uma empresa privada, para, todavia, efetuar tarefas diversas das que ordinariamente se cometem a esta última, já que realiza uma autêntica gestão de negócios públicos.

Como, portanto, impor-lhe a rigidez dos processos normais de controle das gestões públicas?

Os controles de eficiência e exação, no manuseio dos bens e dinheiros públicos, de seu pessoal, se circunscrevem à área de sua estrita competência interna e às normas atinentes à supervisão ministerial.

O exame global da gestão financeira do administrador da empresa, este,

sim, é confiado, até mesmo por força de disposição constitucional, à Corte de Contas, que, na v. decisão de 7 de abril de 1970, proclamou sua competência neste particular.

No funcionamento da empresa, o seu *dirigente* é o encarregado da administração, e, por isso, tem sua atuação condicionada ao controle pelo Tribunal de Contas.

Dentro da solução que preconizamos, respeita-se a autonomia da empresa, sem deixar de oferecer a possibilidade de verificar se a mesma está sendo gerida convenientemente. Este, a nosso ver, o propósito legal do controle em tema de empresa pública. Assim procedendo, não se tolhe a ingerência do Estado e se favorece maior liberdade de ação da empresa. Conforme pondera Roger Pinto, ilustre Professor na Faculdade de Direito de Paris, in "A Empresa Pública Autônoma de Caráter Econômico, em Direito Comparado":

"O controle administrativo e financeiro tem como fim precípua impedir ou corrigir uma gestão infeliz ou irregular da empresa" (*R.D.A.*, vol. 57, p. 495).

Justamente na apreciação globalizante das atividades financeiras do administrador, poderá melhor o Tribunal ajuizar da feliz ou irregular gestão da empresa. E no desempenho dessa missão, estará o Tribunal prestando a mais eficaz colaboração à Administração Federal, propiciando-lhe aquilatar do bom ou mal emprego dado ao capital público.

E não se diga que, na esteira deste nosso raciocínio, ficarão impunes desfalques ou irregularidades quejandas. Tal não acontecerá, porque toda a vida financeira da empresa, a ser submetida, sob a forma de gestão, ao crivo do julgamento deste Tribunal, conterà o registro de todos os aspectos — positivos e negativos — relativos à aplicação do patrimônio público. E o administrador responderá pela negligên-

cia ou inércia na reparação dos prejuízos ocorrentes.

Assim fica resguardada a fiscalização como fator imprescindível de apuração da legitimidade dos dispêndios públicos, obviados, outrossim, os inconvenientes de uma intervenção amiudada nas atividades da empresa, a qual, enfim, representaria evidente restrição de sua autonomia.

Importa ressaltar que estamos diante de uma matéria substancialmente compreendida no Direito Administrativo. Assevera, com sua habitual percuciência, o insigne Professor Themistocles Cavalcanti, que

"mesmo públicos, em suas origens, essas empresas deverão utilizar *meios, instrumentos, processos* comuns às empresas privadas para realizarem suas operações" (in "A Empresa Pública no Direito Brasileiro", *R.D.A.*, vol. 91, p. 5. Grifos do original).

Acentua, a seguir, o notável doutrinador, em seu substancioso e recente estudo acerca da empresa pública, já agora ferindo, diretamente, o tema do controle:

"O seu capital é do Estado ou de uma entidade pública ou de economia mista. Isto impõe logicamente um *regime especial de fiscalização*, destinado a verificar a forma de aplicação desse capital" (op. cit., p. 8. Grifos nossos).

O propósito de alcançar-se a fixação desse "regime especial de fiscalização" é que nos alentou a desenvolver as considerações ora expedidas.

O patrimônio público, que está em questão, reclama o controle estatal das empresas públicas; mas, esse controle há de se processar consoante as características peculiares a estas últimas, nunca perdendo de vista a sua estrutura de direito privado. Tal controle exerce-se, pois, fundamentalmente sobre a figura do Administrador, respondendo, outrossim, perante ele, as pessoas que integram o complexo administrativo que dirige.

Esta conclusão, como acreditamos ter demonstrado, se apóia na interpretação lógica e sistemática das disposições legais pertinentes à matéria e encontra ressonância nos conceitos doutrinários dos mais prestigiosos autores.

VI. Este, a nosso ver, o mais adequado equacionamento de tão delicado problema, que se resolve em termos de superposição de atribuições. De um lado, respeita-se a autonomia da entidade, garantida, aliás, pela própria legislação que lhe concerne; por outro lado, não se exclui a competência, constitucionalmente firmada, do Egr. Tribunal de Contas, para ajuizar da boa ou má aplicação dos dinheiros públicos, mediante o julgamento de *toda a gestão* do administrador, para o qual convergem e no qual se concentram as responsabilidades porventura suscitadas nos autos.

Data maxima venia dos doutos votos, trazidos à colação, e das respectivas decisões do Egr. Tribunal, entendemos, ainda, que a matéria de que ora nos ocupamos já foi objeto de implícita deliberação desta Corte, no men-

cionado decisório de 7 de abril de 1970 (processo TC-33.256/68), o Plenário acolheu, *nesta parte*, as conclusões do elucidativo parecer emitido pelo ilustre Procurador, Dr. Luiz Octavio Gallotti, que defendeu, então, a forma *anual* de prestação de contas da gestão das empresas públicas.

Ao submetermos a matéria à deliberação do Egr. Tribunal, opinamos no sentido do reexame da v. decisão de fls., de modo a adequá-la ao resolvido em 7 de abril de 1970, ajustando-se, dessarte, a atuação desta Corte à realidade conceptual de entidades como a Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos.

Se acolhidas as conclusões deste parecer, poderá, conseqüentemente, ser ordenado o arquivamento dos autos em apreço, procedendo-se à devida comunicação do resolvido, ao órgão interessado.

S. m. j.

Procuradoria, em 16 de novembro de 1971. *Francisco de Salles Mourão Branco*, Procurador Adjunto, *ad hoc*.

Bônus da UNESCO

Facilidades especiais para importações, sem saída de divisas nacionais.

Livros, revistas, materiais científicos e audiovisuais são obtidos através dos bônus da UNESCO.

Os bônus são utilizados também para pagamentos de sociedades científicas e culturais, e de direitos autorais.

Atendem-se pedidos de bônus por correspondência.

Informações: Praia de Botafogo 186, Caixa Postal 21.120
Rio — GB — ZC-05 — Tel. 266-2856.